



O JORNAL *O CARAPUCEIRO* (1832-1845): O CARÁTER EDUCATIVO NA IMPRENSA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Adriene Santanna - UEM

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar o jornal *O Carapuceiro* publicado em Recife nos anos de 1832 a 1845, por Miguel do Sacramento Lopes Gama. É um estudo em desenvolvimento para a elaboração de dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá. O estudo visa delimitar o caráter educativo circunscrito ao jornal, o qual se difundia como conteúdo educativo à juventude tendo em vista a formação dos dirigentes do novo Império. O jornal, entre muitos outros temas, fazia crítica dos costumes, expediente utilizado pelo autor para marcar as transformações que mudavam o comportamento da população que se achava suscetível às influências estrangeiras adotando hábitos “desregrados”, na sua visão. Frente a este estado, Lopes Gama passou a debater o processo de mudanças tentando estabelecer um modelo de homem que, ao mesmo tempo em que promoveria o progresso social, econômico e político do Brasil com ações acertadas manter-se-ia adepto dos princípios definidos nas Sagradas Escrituras. Esse aspecto interessa ao estudo na medida em que o comportamento individual interessava ao capitalismo e deixa expressas as contradições da sociedade no século XIX ao mesmo tempo em que ressalta o vínculo com a História da Educação.

Palavras-chave: Educação, História da Educação, Imprensa, O Carapuceiro.

Introdução

O estudo busca determinar o caráter educativo intrínseco ao debate realizado por padre Miguel do Sacramento Lopes Gama no jornal *O Carapuceiro*¹ (1832-1845)². No primeiro número do jornal, Lopes Gama avisava os motivos que o levaram a redigir o periódico e a empreender um alentado debate sobre as condições materiais e sociais existentes no Brasil, no momento já alterado por mudanças progressistas. Na sua visão, a adoção do progresso deveria seguir a aplicação dos princípios rígidos da moral religiosa.

Corrigir a moral pelo riso consistiu na estratégia do jornalista. Para tanto vinculou preceitos religiosos aos morais, tendo como fundamento as Escrituras Sagradas. Uma das

¹ Miguel de Sacramento Lopes Gama nasceu em Recife no ano de 1791, e viveu grande parte de sua vida nesta cidade, vindo a falecer em 1852. Foi redator de vários jornais entre eles *O Sete de Setembro* – jornal essencialmente político- e *O Carapuceiro*, que lhe trouxe reconhecimento e o célebre apelido de Padre Carapuceiro

² Para esse estudo foram analisados artigos de 1832 a 1842 do jornal *O Carapuceiro*, apresentados na edição fac-similar organizada por Leonardo Dantas Silva e publicado pela Fundação de Cultura Cidade do Recife.

questões que mais preocupavam Lopes Gama era a possibilidade de relações progressistas serem instaladas sem, que, no Brasil, encontrassem condições de civilidade adequadas aos novos tempos. Essas condições referiam-se a uma possível entrada desordenada das leis progressistas, capazes de dar continuidade à expansão capitalista, mas, ao mesmo tempo, levarem os brasileiros a adotar costumes, maneira de agir e pensar, tidos por incoerentes com uma vida regrada, de obediência e respeito às Sagradas Escrituras.

O entendimento ampliado dessas questões exige analisá-las além dos aspectos político e econômico. Dessa forma, o processo de construção do Estado brasileiro deve ser compreendido como resposta às lutas travadas pelas novas e antigas formas de vida social. As novas relações imputavam à sociedade transformações em sua estrutura, divulgada principalmente pela imprensa periódica que trazia, muitas vezes em seus escritos, o ideal de civilidade presente no Velho Mundo.

O Brasil, no quadro das relações burguesas, ensaiava os primeiros passos para um longo processo de construção da nação, de manutenção da unidade territorial e consolidação do Império. Ao compreenderem as novas exigências impostas pelo avanço da ideologia liberal, intelectuais passaram a considerar que o caminho para o desenvolvimento brasileiro também seria o da instrução do povo, no entanto, com diferenças entre as classes sociais. Ao povo dar-se-ia um mínimo de conhecimento necessário para execução de pequenos trabalhos. Já para a elite destinavam-se os conhecimentos requeridos na condução política e administrativa, condizentes com o grau de civilidade burguês e fundamental à condução da sociedade. As ideias as quais se consolidavam no Brasil, inclusive na consciência do povo pobre e livre eram aquelas que garantiriam a dominação das camadas econômica e política superiores. (CINQUE, 2007)

Segundo Cinque (2007), o cenário educacional brasileiro desse período era precário. As políticas do rei d. João VI pouco contribuíram para a formação de um sistema de educação que pudesse contemplar parte da população brasileira. Aos filhos da nobreza e da burguesia restava-lhes buscar estudos nos países europeus.

Ao retornar ao Brasil, a nobreza trazia conhecimentos fundamentados na nova ordem social. Tais ideias além de difundidas por periódicos que entravam clandestinamente pelos portos brasileiros³ eram também apresentadas pelos estrangeiros que aportavam no Brasil,

³ O *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, de Hipólito da Costa é um exemplo de jornal editado em Londres e enviado clandestinamente ao Brasil. Segundo Lustosa (2004) este jornal foi direcionado aos brasileiros com o

fornecendo base teórica para transformações que se iniciavam no Brasil. Nessa época “[...] a imprensa periódica seria uma importante aliada para vulgarizar os conhecimentos direcionados ao povo e a instrução política para a elite dirigente [...]” (CINQUE, 2007, p. 93) Sendo assim, a imprensa brasileira cumpriu seu papel na formação da opinião pública e, conseqüentemente, na estruturação de um modelo político, econômico e social para o Brasil.

Lopes Gama percebeu as transformações sociais que adentravam na sociedade brasileira mudando muito rapidamente a forma de ser da elite e influenciando o povo pobre e livre a imitarem comportamentos alheios. Frente a um quadro que lhe assomava como falta de compostura, veiculou ideias moralizantes que, no seu entendimento, direcionariam a uma educação nos quais os jovens seriam preparados para o progresso, mas teriam uma conduta de vida apresada ao mundo colonial e regrada pelos ensinamentos religiosos, os quais deveriam conduzir a política e a vida social.

Imprensa no Brasil e a atuação do *O Carapuceiro*

A atuação da imprensa e do jornal *O Carapuceiro* no campo da educação geral exige o entendimento dos fatores que permitiram sua inserção no desenvolvimento capitalista e das transformações sociais desencadeadas em nome do progresso das forças produtivas. Sendo assim, compreende-se que as transformações em nível mundial produziram intensas repercussões no pensamento colonial brasileiro, transformando, ainda que em curta medida, hábitos culturais e o sistema econômico, político e a educação.

A decadente estrutura aristocrática foi ameaçada pelo avanço do pensamento burguês, trazido pela divulgação de novas concepções, com a imprensa exercendo papel decisivo nesse processo. Estado e Igreja uniram forças contra esse instrumento que divulgava o pensamento da nova sociedade, através de censura e proibição da circulação de livros e periódicos. Os periódicos por sua vez, questionavam os entraves postos pelas antigas organizações e divulgavam a estagnação e o retrocesso social que essas expressavam.

No contexto da luta entre as forças absolutistas e as liberais a imprensa régia brasileira nasceu para servir à monarquia. Os assuntos que ameaçavam a ordem do governo

objetivo de indicar os caminhos já percorridos pelas nações desenvolvidas. Apesar de ter sido fortemente censurado pelo governo absolutista, sua circulação era amplamente presente.

aristocrático eram mantidos afastados da população e proibidos pelas mesas censórias que impediam a divulgação de ideais libertários presentes nos livros e na imprensa periódica.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial do governo de d. João VI, trazia descrições de acontecimentos e publicações oficiais, esquivando-se de veicular qualquer tipo de informação comprometedor da ordem governamental. Aliava-se a jornais estrangeiros que corroboravam com o sistema político da monarquia portuguesa.

Para além da publicação de anúncios do âmbito da vida privada da sociedade fluminense, a seção de “Avisos” da *Gazeta* fazia a publicidade de muitos folhetos e periódicos convergentes à linha editorial e ideológica da folha. Na prática, ao adentrarmos no universo dessas publicações, notamos que havia um peculiar diálogo entre a *Gazeta* e os demais jornais aos quais os editores tinham acesso: muitos dos periódicos que chegavam a Corte ou eram divulgados (sendo a compra de alguns deles, inclusive, incentivada pela própria Coroa), ou eram silenciados e reprimidos, pois expunham suas críticas ao regime português abertamente. (MEIRELLES, 2006, p. 119).

A partir de 1822, com a separação política entre Brasil e Portugal, tornou-se necessário a adoção de comportamentos e costumes que poderiam contribuir com a formação da nação. A imprensa brasileira executou a função de formadora de opiniões, em um momento em que as ideias revolucionárias transformavam tanto a organização social e política do país, quanto à consciência e os hábitos dos nacionais.

Nesse ínterim a figura de um padre jornalista tornou-se notória em Pernambuco. Vindo de uma família conceituada na sociedade pernambucana, Miguel de Sacramento Lopes Gama participou das discussões políticas locais, adentrando no cenário político, educacional e jornalístico. Valente (1969) afirma que nessa época era comum às famílias encaminharem um de seus filhos a ordens religiosas, uma vez que se acreditava que essa ação atraía graças divinas e prestígio social. Com base nisso, Lopes Gama ingressou nos círculos religiosos iniciando seus estudos no mosteiro de São Bento da Bahia em 1805, vindo abandonando a ordem beneditina ano de 1834.

O autor acima citado descreve-o como um homem a frente de seu tempo, um crítico social que se notabilizou como um excelente jornalista político (VALENTE, 1969). Na opinião de Feldman (2008), Lopes Gama além de não ter excedido os debates políticos próprios do seu tempo, possuía a mesma linguagem truculenta e agressiva presente em grande parte dos jornais políticos da época.

[...] a linguagem empregada por Lopes Gama, apesar de peculiar, não estava

desvinculada do estilo hostil comumente empregado pelos jornalistas do período. Análises relacionam a violência verbal dos periódicos no início das regências com a violência das lutas políticas do tempo, e, como podemos perceber, o periódico aqui posto em análise não esteve alheio a esse contexto. (FELDMAN, 2008, p. 380).

Através da publicação de seus jornais tanto na corte quanto na província de Pernambuco, pode-se observar que Lopes Gama para além das críticas dos costumes sociais, captou as transformações políticas e econômicas liberais presentes no cenário brasileiro. Embora partidário da monarquia constitucional, atuou na defesa dos interesses burgueses combatendo a dominação latifundiária que impossibilitava o desenvolvimento das novas relações do capital.

Lopes Gama compreendia as necessidades trazidas pelo progresso econômico, entretanto defendia antigos costumes coloniais como modelo para uma sociedade civilizada, uma vez que as ideias progressistas não eram sinônimas de progresso moral. Tal comportamento contraditório ficou traduzido claramente nas linhas do *O Carapuço*.

O Padre estabeleceu um elo peculiar entre religião e liberalismo econômico-político e se declarou um liberal, apontando Jesus Cristo e o cristianismo como modelos de liberdade.

Se sou liberal é porque estou convencido que Jesus Cristo foi o primeiro liberal que o mundo viu, foi quem nos veio ensinar a doutrina da verdadeira, e bem entendida igualdade, foi quem restituiu o homem á sua original dignidade, foi em uma palavra quem trouxe a liberdade aos homens. [...] de maneira que se me perguntarem quem é o verdadeiro liberal, não hesitarei, um minuto em responder que é o verdadeiro cristão: bom cristão e homem livre são sinônimos, donde fácil é concluir que aqueles que se dizem liberais, e menoscabam o cristianismo em que nasceram, é mentira que são liberais, são peralvilhos, são velhaquetes; mais escravos e servis do que um turco. (O CARAPUCEIRO, n.82, 05/04/1834).⁴

O entendimento do que era ser liberal para Lopes Gama perpassava pelo campo da religião, isto é, eram duas instâncias que se fundiam e se complementavam. Mais claramente, as propostas libertárias do cristianismo predicavam que todos os homens seriam capazes de atuar conscientemente na busca pelo aprimoramento individual e coletivo. Para ele não havia contradição entre ser liberal e ser religioso, uma vez que a o cristianismo “[...] é a religião liberal por excelência [...]” (*O CARAPUCEIRO*, n. 82, 05/04/1834).

Em diversas ocasiões Lopes Gama fez alusão aos pensadores da economia política

⁴ Os artigos foram atualizados para o português moderno

clássica que elaboraram as bases teóricas fundamentais à consolidação do capitalismo, uma vez que a nova ordem exigia a compreensão e a legitimação das práticas materialmente objetivas. Apesar de se referir aos escritos de Adam Smith (1723-1790), Jean Baptiste Say (1767-1832), entre outros, sua conceituação de liberal e das categorias orgânicas do liberalismo se diferiam em razão da articulação que fazia das mesmas com a religião católica. Contudo, para além do discurso objetivo presente nas linhas do periódico, uma leitura mais atenta vincula o discurso burguês à concepção de nova nação, utilizando a religião como alicerce para as mudanças de cunho produtivo.

Ao mesmo tempo em que defendia o Brasil elevado à condição de “nação industriosa”, com incentivo ao desenvolvimento social, Lopes Gama se punha desfavorável à manutenção do latifúndio pernambucano, destruindo o posicionamento moral e político dos latifundiários que se afirmavam defensores dos interesses coletivos, mas que, na verdade, agiam em nome dos interesses particularizados.

Ao entender as transformações de sua época confrontou-a com a realidade vivida pelo povo, porém seu discurso esbarrava constantemente no conflito existente entre a antiga ordem colonial e a nova sociedade, principalmente com a questão da liberdade individual e coletiva. Não nos é possível asseverar que era antiescravista, mas teceu críticas severas sobre o assunto. Considerou que os escravos, privados de uma educação moral e até mesmo instrucional, corrompiam os valores sociais e morais, bem como a própria língua portuguesa.

Lopes Gama ao apontar os valores que considerava condizentes a sociedade progressista, opunha-se aos maus-tratos dados aos escravos. O autor enfurecia quando os açoites eram realizados na presença de crianças, já que corrompiam a moral infantil e, conseqüentemente, retirava a possibilidade de formar homens compadecidos com o sofrimento alheio. Para ele, “as desumanidades e crueldades que desde os tenros anos veem praticarem com os míseros escravos se tornam quase insensíveis aos padecimentos de seu próximo”. (O CARAPUCEIRO, n. 18, 17/06/1837) Era dessa forma que, no seu entendimento, criavam-se homens impiedosos e cruéis.

O trabalho escravo, além de comprometer a moral dos brancos, pouco contribuía para o progresso brasileiro. O escravo naquele momento configurava-se como um entrave às novas relações econômicas que se iniciavam no Brasil, criando homens que não contribuiriam para o aumento de renda e de riquezas ao país.

Não me tachem de injusto e maldizente se aventurar a proposição de que o

vadiismo é o vicio dominante do nosso Brasil. Por um pendor natural, por uma lei necessária, todos querem comer, beber, vestir, galear, gozar, aspirando sempre do bom e do melhor: mas nem todos querem trabalhar para isso; desejam os fins sem por os meios e daí provém grande parte dos nossos males. Nos países da Europa, a classe agrícola é a mais pesada, e afanosa; mas entre nós, que nos servimos com os braços dos escravos, não sucede assim a respeito de muitos. (O CARAPUCEIRO, n. 18, 17/06/1837).

No artigo *O Nosso Gosto Por Macaquear*, o autor elaborou uma reflexão que ultrapassou a crítica dos hábitos de imitar o comportamento dos franceses e ingleses. Lopes Gama fez a análise da diferença categórica entre uma sociedade estruturalmente organizada e outra que percorre lentamente o caminho do progresso. O gosto por macaquear as modernidades e a própria estrutura da sociedade europeia representou na prática uma despreparo do corpo administrativo, tanto de conhecimento específico da área, quanto de infraestrutura básica para o funcionamento de uma organização centralizada.

Como os Ingleses, e Franceses têm a alias muito saudável instituição do júri, nos também quisemos ter júri da mesma forma, e com a mesma generalidade. Se havíamos de ir estabelecendo pouco a pouco pelas cidades principais do litoral, nada disto. Criou-se logo por toda parte sem se atender à falta de instrução, à incapacidade da maior parte da gente desses sertões para dar o devido andamento a essa instituição. (O CARAPUCEIRO, n.3 14/01/1840).

A liberdade de imprensa foi discutida em alguns de seus artigos. A liberdade de pensamento, intensamente difundido pela Ilustração, configurou-se como progresso social, cuja contribuição individual auxiliaria no desenvolvimento de um acervo científico, político e moral necessário aos avanços futuros. Amparado nesse princípio, o Padre Carapuiceiro voltou-se para periódicos indignos de apreciação, os quais ganharam notoriedade com críticas a indivíduos específicos, maldizendo suas ações sem que houvesse preocupação de corrigir os vícios, ou contribuir para o esclarecimento do povo.

No artigo *A Comichão de Escrever* o autor teceu críticas aos “periodiqueiros” que pouco contribuía para a formação moral ou intelectual da população. Através da veiculação de opiniões pessoais e informações poucas expressivas, fizeram desfavores à opinião pública. Carente de compreensão das mudanças que atingiam o Império o povo livre era direcionado jornais reacionários que buscavam recuperar os laços coloniais.

É para lastimar o ver que a arte da imprensa, que poderá prestar-nos tantos benefícios, se torne pelo contrário em nosso prejuízo, e que sirva para derramar o erro, a ignorância, a imoralidade e do mau gosto, em um povo,

em vez de o tornar ilustrado e virtuoso. Quem há aí que se não julgue muito capaz e habilitado para dirigir a opinião pública? É simples e unicamente a mísera opinião dele escritor, e quando muito de uma dúzia mais dos do ser círculo. (O *CARAPUCEIRO* n.11, 24/05/1837).

Lopes Gama elaborou um discurso contrário à dominação das ideias e costumes estrangeiros, que a seu ver, comprometiam a unidade territorial e a moral dos cristãos. Entretanto em diversas ocasiões ressaltou a importância da cultura estrangeira para o crescimento da nação, através da transmissão de conhecimentos e costumes favoráveis ao aprimoramento moral e social da população. A influência dos estrangeiros não consistiu apenas na divulgação dos ideários revolucionários franceses. Os comportamentos e os costumes alteraram-se, pouco a pouco, a partir do encontro entre brasileiros e estrangeiros, reestruturando a organização social e a atuação privada da maioria da população. Valente (1969) apresenta dois cronistas que estiveram no Brasil e registraram suas impressões quanto às mudanças de hábitos ocorridas a partir da interação entre os nacionais e estrangeiros.

Loccock, durante sua estada de dez anos no Brasil – de 1808 a 1818 – sentiu-se, nos costumes sociais, nos estilos de vida, nos tipos de arquitetura residencial, muito distante de sua Europa. Só quase cinquenta anos depois, mostrava-se a vida brasileira, em vários de seus aspectos, impregnada de costumes ingleses. Foi quanto Mansfield, outro súdito britânico, em visita ao Brasil, já não se achou, como aconteceu com seu patrício, tão fora da Inglaterra. (VALENTE, 1969, p. 62).

O conceito de igualdade, amplamente valorizado no discurso liberal, apresenta uma característica particular no pensamento de Lopes Gama. Para ele, Deus criou os homens com iguais oportunidades, apesar de termos características que nos diferem na atuação social. Essa igualdade é traduzida, no seu discurso político-econômico, como equiparação dos direitos entre nacionais e estrangeiros, principalmente a figura dos lusitanos (VALENTE, 1969).

Lopes Gama, percebendo as contradições inerentes ao processo histórico brasileiro, apontou os desmandos e os abusos cometidos pelos estrangeiros e grandes latifundiários. Embora não fosse totalmente avesso a atuação dos estrangeiros no Brasil, entendia que o ambiente econômico e político priorizavam os interesses dos imigrantes gerando insatisfação por todo Império. Ao se posicionar sobre essa questão, defendeu a participação estrangeira desde que trouxesse novas formas de produzir e organizar a sociedade, confluindo no progresso brasileiro.

Voltando-se constantemente para a atuação de ingleses e franceses no Brasil, no artigo

As modas, argumentou a sua “embirração” com os estrangeiros que viviam no Brasil. Além disso, fazia referência ao tratado estabelecido entre Brasil e Inglaterra em 1810, que trouxe benefícios somente para a nação europeia, importando mercadorias que não eram úteis aos brasileiros.

Que se importa conosco com o que nós vendemos o redator do *Carapuceiro*? Que me importa? Importa-me muito, porque sou brasileiro, escrevo no meu país natal, e desejo vê-lo melhorado dos muitos abusos e misérias em que o criaram e vai jazendo. Confesso que muito respeito a grande nação francesa, e que mil bens desejo a todos os seus filhos. Mas seria errada e criminosa a minha filantropia se lhes apertasse vantagens em prejuízo dos meus próprios concidadãos. [...] Só o Brasil suporta essa albarda; e o mais é que assim o entenderam os senhores ministros do ex-imperador no misérrimo tratado concluído com a França e a Inglaterra em virtude do qual por uma reciprocidade, que faria rir a um padecente já com o laço estreando-lhe o gasnate [...]. (O CARAPUCEIRO, n. 2, 6/10/1832).

Valente (1969) descreve as inúmeras contribuições francesas e inglesas através influentes obras arquitetônicas vistas por toda parte em Recife. Os hábitos culturais do Velho Mundo encontraram espaço numa província que se expandia com a atuação de governos inspirados no avanço europeu. Apesar das críticas e ressentimentos entre brasileiros e estrangeiros a cultura francesa e inglesa não sofreram quaisquer empecilhos para adentrarem e solidificarem-se. Ao contrário, desde os hábitos privados até novas formas de vestimenta foram incorporados constantemente no cotidiano dos nacionais, embora as vestimentas não fossem em nada apropriadas à realidade climática do Brasil.

Porém as críticas não eram endereçadas somente aos franceses e ingleses. Os portugueses foram alvos constantes das duras críticas de Lopes Gama. Não se pode desvencilhar esse cenário das relações históricas da época. Após da independência brasileira em 1822, “o xenofobismo estremado” era evidente (PRADO JUNIOR, 1969). A possibilidade de o Brasil retornar ao jugo português nas primeiras décadas do século XIX gerou temor por todo território, refletindo principalmente na postura e nas ideias políticas. A ligação dos regentes com a corte portuguesa constituiu-se num entrave ao ideal de livre desenvolvimento da nação, o que promoveu embates políticos contrários às vantagens e a excessiva participação lusitana no império independente (PRADO JÚNIOR, 1969).

O pensamento colonial não se desfez subitamente com a entrada das ideias liberais. A influência da religião católica ainda tinha raízes no império brasileiro, porém perdia terreno cada vez mais na separação dos campos científico e religioso. Lopes Gama atento as

mudanças de seu tempo, conseguiu compreender a decadência da Igreja Católica frente a exigências liberais. Saiu em defesa da religião, afirmando que o pensamento humano não destruiria as bases do cristianismo.

Logo, hajam os erros, heresias e pecados que houverem, não há poder humano que destrua a Religião do Homem Deus; d'onde igualmente se conclui que a Religião não há mister de outros sustentáculos, de que sobre todo o Redentor Divino, e depois dele o merecimento dos Santos, justos, e virtuosos, que nunca faltam como devemos tendo fé [...]. (O CARAPUCEIRO, n. 4, 07/05/1832).

Em outra passagem, respondeu à acusação de que os liberais possuíam um projeto de destruição da religião. Ao defender a constituição brasileira, faz referência aos sujeitos que, incapazes de posicionarem-se politicamente, amparavam-se em preceitos divinos para justificar a monarquia absoluta. Reis e imperadores utilizaram a religião em diversas ocasiões para a manutenção dos laços absolutistas, veiculando calúnias sobre grupos que se posicionavam contrários as arbitrariedades por eles cometidas. Lopes Gama, por sua vez, colocou-se como formador da opinião pública, esclarecendo os excessos cometidos em nome do poder absoluto.

Para fazer uma ideia bem clara do que é a religião da totalidade da plebe, basta ver como têm os realistas levantando as suas bandeiras por esses matos, e proclamado o governo o seu rei e governo absoluto. A par da bandeira real tremula sempre outra, chamada da Senhora da Conceição, da Penha, do Rosário etc, [...] vamos sustentar a nossa santa religião, que os patriotas querem destruir, viva Nosso Senhor Jesus (dizem os seus chefes), viva o rei, ou imperador, e nestas vozes não há rês que não matem, ou recolham para si, casa que não escalem, engenho ou fazenda que não roubem, assassínio que não cometam, virgem que não forcem, casada que não insultem, excesso que não pratiquem, tudo para glória de Deus, salvação das almas etc., triunfo da religião e estabilidade do trono. (O CARAPUCEIRO, n. 4, 07/05/1832).

A influência da religiosidade em seus escritos está fortemente vinculada a sua formação católica ilustrada, além disso, a preponderância do catolicismo ainda se fazia presente na sociedade brasileira oitocentista. Entretanto, a participação da Igreja Católica na formação dos novos Estados estava em decadência. O pensamento revolucionário iluminista desenvolvido na Europa no século XVIII penetrara na estrutura luso-brasileira, submetendo a Igreja aos ditames do Estado. Tal movimento cultural negou a sujeição dos homens a

princípios que não estavam de acordo com a cientificidade da época. A luz precisava ser dada àqueles homens – da classe burguesa - que governariam o Estado rumo à civilização.

Lopes Gama, ao contrário de muitos contemporâneos, rejeitou as ideias francesas de revolução. Para ele, a transformação da sociedade deveria ocorrer pela reforma moral. Esse foi o objetivo d’*O Carapuceiro*, colocando-se como defensor da moral e dos bons costumes, formulando artigos satíricos sobre diversos temas, afirmando o objetivo de seu trabalho que consistia em corrigir os vícios através do riso - *castigat ridendo mores*.

A proposta pedagogia era evidente. A correção das vicissitudes como forma de promover o progresso da nação brasileira encontra-se exposta em toda sua obra. Além da crítica dos costumes, as questões políticas permearam os mais de 10 anos de publicação d’*O Carapuceiro*. Para uma mudança substancial na sociedade, no curso do progresso, era preciso um Estado forte, capaz de fornecer educação moral, religiosa e política com unicidade.

Quando considero seriamente nestes e outros males do nosso Brasil rio-me com os meus botões daqueles reformistas em papel, que julgam melhorar tudo de improviso com palavras, com planos, com mãos cheias de (...) ⁵. Façam o que quiserem, deem as voltas que lhes parecer. Enquanto não cuidar muito atentamente na educação da mocidade; em quanto não houver um impulso verdadeiramente heroico dado a observância da religião, derramando pelos povos um santo e ilustrado temor de Deus, não teremos senão muito palanfrório, enxurradas de teorias, e nada sólido, e seguro. (O CARAPUCEIRO, n.4, 07/05/1832).

A doutrina cristã era a chave para o desenvolvimento de uma sociedade capaz de cuidar dos interesses individuais e coletivos, onde os comportamentos inadequados deveriam ser submetidos aos princípios bíblicos e reformados em favor de uma sociedade progressista.

Lopes Gama relutou em acreditar na instalação de um Estado republicano brasileiro. Para ele, os desmandos das elites latifundiárias, bem como a falta de moral e religiosidade do povo brasileiro comprometiam todo ideal progressista-republicano. No trecho abaixo, apresentou sua opinião quanto à adoção de uma república brasileira: “Um povo bem educado, um povo religioso é matéria apta pra tudo quanto é bom; e botem para cá com estas qualidades, que eu, apesar de ser um piegas, mostrarei imediatamente o melhor dos Estados Republicanos” (O CARAPUCEIRO, 26/05/1832).

No entender de Lopes Gama, outro ponto que comprometia o estabelecimento de uma

⁵ Palavra ilegível

república no Brasil era a manutenção do sistema escravista, pois isso seria capaz de corromper os bons costumes e deturpar a formação da juventude. No artigo a *Religião*, fica evidente a contradição dos defensores do pensamento absolutista, fundamentado nos princípios religiosos. Eles, segundo Lopes Gama, adquiriam reis africanos e os submetiam a seu jugo, esquecendo conscientemente da ideia de autoridade divina.

[...] mas não quer saber de constituição, porque ouviu dizer a certos padres estúpidos, ou velhacos que é preceito divino considerar a todos os reis como emanações da divindade [...] Mas se lhe fossem oferecer um Príncipe negro, pilhado na guerra, e vendido bem baratinho, nenhum escrúpulo teria em comprá-lo, e ás duas por três pespegar 300 e mais açoites nas reais nádegas de um lugar tenente de Deus. São esses impostores os que mais chorão pelas barbas abaixo, dizendo, que os liberais querem dar cabo da Santa Religião de seus pais. (*O CARAPUCEIRO*, 07/05/1832).

Nesse mesmo trecho, o autor fez dura crítica aos membros da sociedade secreta *Coluna do Trono e do Altar*. Essa organização tinha como objetivo restabelecer um estado absolutista, reatando a autoridade máxima de d. Pedro I. Feldman (2008) diz que após a abdicação do imperador, os membros dessa sociedade tornaram-se restauradores, negando o avanço revolucionário e promovendo o ideal do absolutismo por todo império, principalmente através dos periódicos *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro*.

As questões efervescentes da época estão marcadas nesse periódico, caracterizado como moral, e *so' per accidens politico*. Contudo, corroborando a ideia de Feldman (2008), a intencionalidade política era evidente. Ao promover um debate sobre as questões políticas presentes na província pernambucana e no Brasil, Lopes Gama formou opiniões, divulgou ideias de progresso e de desenvolvimento social. O caráter formativo de seu jornal fica expresso nas formulações sobre os objetivos da educação, bem como no discurso de correção de vícios, compreendidos como empecilhos ao desenvolvimento brasileiro.

Este artigo pretendeu levantar algumas questões relevantes à época de Lopes Gama, que utilizou o jornal como ferramenta para a veiculação de ideias que deveriam ser incorporadas ao nascente projeto de nação e apresentando uma visão de sociedade que pretendia corrigir a mudanças de hábitos nocivos e abrir caminho para os novos imperativos econômicos e políticos assentados no modo burguês de produzir.

Considerações finais

Com a chegada da família real e da corte portuguesa no início do século XIX, as forças modernizadoras no Brasil entraram na colônia exigindo um distinto modo de vida. Um novo modo de ser foi instaurado e promoveu transformações radicais na estrutura marcadamente patriarcal e de influência eclesiástica nas organizações sociais, políticas e educacionais.

Lopes Gama compreendeu as intensas transformações vivenciadas nas primeiras décadas do século XIX, transmitindo-as à população através de seu jornal e revelando a preocupação com o direcionamento a ser tomado pela antiga colônia.

A crítica dos costumes explorada por esse jornal apresentou outras questões que devem ser levadas em consideração: a orientação política, a constituição de uma nação desenvolvida e a formação educativa de novos homens aptos às transformações presentes. Desta forma, o discurso moralizante fundamentalmente religioso, evidenciou a preocupação com o desenvolvimento social capaz de articular os avanços científicos e tecnológicos com os preceitos cristãos e católicos.

A perda de poder pela Igreja Católica já se manifestava nesse período. Havia a necessidade de recuperação de domínio que se evadia com o avanço das ideias liberais divulgada pelas gazetas estrangeiras e nacionais, além da constante entrada de imigrantes em terras brasileiras. Porém, é nessa questão que se encontra a contradição fundamental no pensamento de Lopes Gama. Como articular a formação religiosa com as proposições liberais já difundidas no interior do Império?

Em todo momento retomou antigos princípios que orientavam a sociedade, mas que, naquele contexto, apresentavam-se como incompatíveis ao novo modo de vida instituído pelo avanço do desenvolvimento produtivo. O retrocesso era impossível diante de tais conjecturas políticas, econômicas e sociais. O pensamento liberal exigia novos sujeitos e novas organizações daqueles países que iniciam seu percurso enquanto nação independente. E qual seria o papel da religião neste novo modo de vida? Para Lopes Gama, a religião deveria ser a base para todo progresso, orientando as relações públicas e privadas. A moral religiosa controlaria os estímulos indesejados produzidos pelas circunstâncias modernizadoras, conduzindo a população exclusivamente ao avanço esperado.

As críticas direcionadas às práticas tidas como imorais apresentam uma intencionalidade educativa que se torna evidente quando são colocadas num contexto mais

amplo de transformações sociais. Os constantes embates políticos travados com pequenos grupos dominantes no cenário pernambucano apresentam a tentativa de esclarecer a sociedade quanto os aspectos políticos que interferiam e ditavam o modo de vida de cada sujeito, cerceando a liberdade individual e nutrindo as decadentes estruturas coloniais.

Compreender o pensamento de época, bem como a atuação educativa do *O Carapuceiro* exige um estudo minucioso e comprometido dessas fontes ricas de subsídios históricos. O pensamento de Lopes Gama não se encerra nessas páginas, uma vez que a complexidade de sua personalidade e as relações que imperavam no Brasil exige um panorama amplo e aberto às novas possibilidades de compreensão do objeto.

Referências

CINQUE, F.R. **A educação no pensamento de Hipólito José da Costa**: A ação pedagógica do correio braziliense no processo de independência do Brasil. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FELDMAN, A. “**Na arena dos gladiadores periodioqueiros**”: o padre carapuceiro e a discussão política em Pernambuco (1831-1833). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, p. 365-388, 2008. <Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/15310/10300><http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/15310/10300>>>. Acesso em: 10/01/2012

GAMA, M. S. L. **O Carapuceiro (1832-1842)**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. 3 v

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

MEIRELLES, J. G. *A Gazeta do Rio de Janeiro*: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 49, p.27-41 2º sem. 2007. <Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.../769>>. Acesso em: 01/03/2012

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

VALENTE, W. **O padre carapuceiro**: crítica de costumes na primeira metade do século XIX. Recife: Departamento de cultura da SEEC, 1969